



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC nº** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Fazenda

**UNIDADE:** Companhia Paulista de Parcerias – CPP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Atas de conselho de administração. Possibilidade de consulta in loco aos documentos. Indicação de meio para consulta aos documentos digitalizados. Atendimento adequado da demanda. Negado provimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 137/2018**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Companhia Paulista de Parcerias, número SIC em epígrafe, para acesso às atas do Conselho de Administração de 2010 a 2018.
2. Em resposta, o ente facultou ao solicitante a possibilidade de consulta aos documentos em sua sede mediante agendamento, comunicando o modo para tanto. O silêncio do ente em âmbito recursal ensejou o presente apelo, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Companhia encaminhou manifestação em que mantinha a resposta anterior e a complementava, com indicação do caminho para consulta às atas no portal da Junta Comercial. Cientificado, o solicitante ficou-se silêncio.
4. Insurge-se o interessado em recurso argumentando que a empresa não pode imputar ao cidadão o ônus da disponibilização mediante deslocamento até sua sede. Ainda, que as informações requeridas são de interesse coletivo e deveriam ser disponibilizadas de modo digitalizado em Portal da Transparência.
5. Recordar-se que a Lei de Acesso à Informação visa à disponibilização de informações e dados já existentes e custodiados pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem (art. 11, §6º da Lei Federal nº 12.527/2011), sendo esse o caminho devidamente percorrido pelo ente recorrido.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Da análise dos autos, percebe-se não haver negativa de acesso à informação por parte da Companhia Paulista de Parcerias, que além de facultar a consulta aos documentos em sua sede, comunicando a maneira para tal, conforme o inciso I do §1º do artigo 11 da Lei, disponibilizou o caminho para consulta junto ao portal da Junta Comercial do Estado de São Paulo, que possui via digital dos documentos requeridos. Ainda, a Lei de Acesso à Informação é clara ao prever a possibilidade de informação ao requerente, por escrito, do lugar e da forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, caso os documentos solicitados estejam disponíveis ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, em seu artigo 11, §6º, procedimento que desonera o ente da obrigação de seu fornecimento direto.
7. Ante o exposto, tendo o ente fornecido meios pelos quais o interessado pode realizar consulta direta às informações almejadas, indicando ainda caminho para consulta aos documentos em meios de transparência ativa, **conheço** do recurso para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso I, e 6º da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação em 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 13 de abril de 2018.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL